



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N.º 1.052 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – COMPEDE, E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuces legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – COMPEDE, rgo colegiado de assessoramento consultivo, deliberativo, controlador das aces, de caráter permanente, paritário e consultivo em todos os níveis das políticas públicas no âmbito municipal, vinculado  Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual deverá dentro das suas condices, dar suporte quanto  estrutura física e funcional do conselho.

Art. 2º O atendimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Município de Guatapar, será realizado através de políticas sociais básicas de educaco, saúde, recreaco, esporte, cultura, profissionalizaco e outros, assegurando-lhes em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito  liberdade,  convivência familiar e comunitária, conforme preconiza a convenco da Organizaco das Naces Unidas (ONU), ratificada pelo Decreto Legislativo n 186/2008 e promulgada pelo Decreto n 6.949/2009.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem comprometimento de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interaco com diversas barreiras, podem obstruir sua participaco plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR/SP - RUA DOS JASMINS, 296 – CENTRO - CEP:14115-000 – GUATAPAR/SP

FONE/FAX: 16 3973-2020 – WWW.GUATAPARA.SP.GOV.BR



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Art. 4º A proteao dos direitos e o atendimento  pessoa com deficiência, no Município, abrangerão os seguintes aspectos:

I - conscientizaao da sociedade sobre os direitos, necessidades e capacidades da pessoa com deficiência;

II - reduao do ndice de deficiência através de medidas preventivas;

III - promoao de políticas sociais básicas de saúde, educaao, habitaao, transporte, desporto, lazer e cultura, profissionalizaao, habilitaao e reabilitaao;

IV - promoao de políticas e programas de assistência social;

V - execuçao de serviços especiais, nos termos da lei.

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

I - propor e deliberar sobre aoes para os planos e programas do Município de Itápolis referentes  promoao e  defesa dos direitos das pessoas com deficiência;

II - zelar pela efetiva implementaçao da política para inclusão da pessoa com deficiência;

III - acompanhar o planejamento e avaliar a execuçao das políticas públicas relativas  pessoa com deficiência;

IV - acompanhar a elaboraçao e a execuçao da proposta orçamentária pertinente  consecuao da política para inclusão da pessoa com deficiência;

V - propor a elaboraçao de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

V - propor e incentivar aos órgãos competentes a realizaao de campanhas visando  prevenao de deficiências e  promoao e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VII - deliberar sobre o plano de aao municipal anual.

VIII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

IX - colaborar com o monitoramento e a implementao da Conveno sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo em seu âmbito de atuao;

X - Eleger seu corpo diretivo;

XI - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

XII - Convocar a Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 6 O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizar, sob sua coordenao uma Conferência Municipal a cada 2 (dois) anos, para avaliar e propor atividades políticas da área a serem implementadas, ou já efetivadas no Município, garantindo sua ampla divulgao.

Art. 7 Compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPEDE, os seguintes representantes, titulares e suplentes:

I - dos órgãos governamentais:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administrao;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educao;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo.

II - dos representantes da Sociedade Civil:

a) 1 (um) representante de entidades não-governamentais da sociedade civil organizada, com atuao nas diversas áreas de atendimento às pessoas com deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento, sendo eleitas através de fórum próprio;

b) 1 (um) representante de pessoas com deficiência, devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Deficientes, e eleitos através de fórum próprio;

c) 1 (um) representante dos profissionais ligados a reabilitao que atuam no Município e eleitos através de fórum próprio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR/SP - RUA DOS JASMINS, 296 - CENTRO - CEP:14115-000 - GUATAPAR/SP

FONE/FAX: 16 3973-2020 - WWW.GUATAPARA.SP.GOV.BR



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 1º Os Conselheiros titulares e suplentes, representantes dos órgãos públicos municipais, serão da livre escolha e nomeao do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os Conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil organizada serão escolhidos em fórum próprio e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Os fóruns para a escolha dos representantes não governamentais serão regulamentados no Regimento Interno.

Art. 8º Para cada conselheiro titular será indicado, simultaneamente, um conselheiro suplente, observando o mesmo procedimento e exigência.

§ 1º O mandato  de 2 (dois) anos, sendo facultada a reconduo.

§ 2º A funo do membro do conselho  considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 3º A nomeao e a posse dos conselheiros serão feitas mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º. Perderá o mandato o conselheiro que:

- I - se desvincular do órgão de origem de sua representao;
- II - faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno;
- III - apresentar renúncia ao conselho;
- IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funes;
- V - for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contraveno penal.

Art. 10º. O Regimento Interno do Conselho será elaborado por seus membros no prazo de até 90 (noventa) dias após sua instalao e aprovado pelo prefeito municipal, mediante Decreto.

Parágrafo nico. A organizao e o funcionamento do conselho serão disciplinados no regimento interno.

Art. 11º. Esta Lei entra em vgor na data de sua publicao.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR/SP - RUA DOS JASMINS, 296 - CENTRO - CEP: 141 15-000 - GUATAPAR/SP

FONE/FAX: 16 3973-2020 - WWW.GUATAPARA.SP.GOV.BR



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE TRÊS.


JURACY COSTA DA SILVA

Prefeito municipal

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.


VALDIR DE OLIVEIRA JARDIM

Chefe de Gabinete